



## O PERFIL METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO AFRICANO

### **Belchior Pedro Cole**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

[belcole@gmail.com](mailto:belcole@gmail.com)

### **Maurício Vasconcellos Leão Lyrio**

Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

[mauriciovll@gmail.com](mailto:mauriciovll@gmail.com)

### **Sérgio Murilo Petri**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

[smpetri@gmail.com](mailto:smpetri@gmail.com)

### **Rogério João Lunkes**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

[rogeriolunkes@hotmail.com](mailto:rogeriolunkes@hotmail.com)

### **Resumo**

O objetivo geral deste trabalho é de analisar o perfil metodológico da produção científica sobre transparência pública no contexto do continente Africano. Para atender esse objetivo, são definidos os seguintes objetivos específicos: apresentar os métodos de pesquisa comumente utilizados nas pesquisas sobre transparência pública em África; realizar levantamento de artigos sobre transparência pública nas bases de dados da *Scopus*, Portal de Periódicos Capes, *Web of Science*, no período referente aos anos de 2001 a 2013; e identificar os setores de atividade, as abordagens e métodos de pesquisa utilizados nos estudos componentes da amostra. A metodologia quanto aos objetivos caracteriza-se como exploratória e descritiva. No que se refere aos procedimentos técnicos considera-se pesquisa bibliográfica e documental. Quanto à abordagem do problema trata-se de pesquisa quantitativa. Conclui-se que os estudos sobre o tema, não se limitam a setores específicos de atividade, mas, ao contrário, incidem sobre o setor público em geral. Ficou também evidenciado do levantamento feito a predominância da abordagem quantitativa, tendo como principal ferramenta de pesquisa o método descritivo.

**Palavras-chave:** Transparência, Administração Pública, Métodos de Pesquisa.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este estudo se enquadra no contexto da administração pública e tem como finalidade fazer uma reflexão sobre os procedimentos metodológicos utilizados pelos pesquisadores na concepção de pesquisas sobre transparência pública no continente Africano. Nesta perspectiva, busca-se analisar os referenciais metodológicos utilizados pelos autores e entender em que circunstâncias



os estudos foram desenvolvidos. O que motivou a pesquisa sobre o tema em questão é o fato de muitos países de África serem apontados como os mais corruptos do mundo (*Transparency International*, 2013<sup>1</sup>). Assim, busca-se entender “qual o perfil metodológico da produção científica sobre transparência pública desenvolvida em África?”. O perfil metodológico é entendido, no âmbito desse estudo, como as abordagens e os métodos de pesquisa utilizados nas publicações científicas no contexto Africano.

Com o propósito de responder a questão suscitada pela pesquisa, o estudo tem como objetivo geral analisar o perfil metodológico da pesquisa sobre transparência pública na África, no período compreendido entre 2001 a 2013. Para alcançar seu objetivo principal, os seguintes objetivos específicos serão perseguidos: (i) apresentar os métodos de pesquisa comumente utilizados nas pesquisas sobre transparência pública em África; (ii) realizar levantamento de artigos sobre transparência pública na base de dados *Scopus*, Portal de Periódicos Capes e *Web of Science*, no período referente aos anos de 2001 a 2013; e (iii) identificar os setores de atividade, as abordagens e métodos de pesquisa utilizados nos estudos componentes da amostra.

Estudos sobre a transparência e o processo de prestação de contas por parte dos governos nacionais vem recebendo significativa atenção na literatura ao longo dos últimos anos. Além disso, estudos empíricos mostram que a transparência na Administração Pública é fundamental para que os cidadãos estejam sempre informados sobre como são utilizados os recursos públicos (DZA *et al.*, 2013; WITVLIET *et al.*, 2013; BOWEN *et al.*, 2012; McFERSON, 2009), o que vem a justificar o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Por um lado, a reflexão sobre a forma como estão sendo desenvolvidos os estudos sobre transparência pública na África afigura-se importante na medida em que permitirá uma percepção mais aprofundada do nível de desenvolvimento teórico e prático desse campo do conhecimento, assim como de suas limitações e tendências. Por outro lado, o estudo se justifica pelo foco específico na questão da administração pública, uma vez que a transparência se reflete em uma melhor distribuição de recursos em atividades importantes para o desenvolvimento dos países e em uma atuação mais efetiva dos Estados perante a sociedade.

No que tange aos pesquisadores e estudantes da área, esta reflexão se afigura útil por fornecer um conjunto de trabalhos sobre o tema, a partir de uma análise metodológica. Ademais, tendo o conhecimento da tendência das pesquisas na área, esses pesquisadores e estudantes poderão identificar os tipos de abordagens comumente utilizadas pela comunidade científica, bem como as formas utilizadas para o desenvolvimento desses estudos, servindo de base para o desenvolvimento de novos trabalhos e o direcionamento de suas próprias pesquisas.

Com vistas a atender aos objetivos do estudo, foram selecionados artigos publicados nas bases de dados *Scopus*, Portal de Periódicos Capes e *Web of Science*, no período correspondente aos anos de 2001 a 2013, por meio de procedimento detalhado na seção referente à metodologia da pesquisa. Buscou-se ler os artigos selecionados para o estudo a partir de uma perspectiva crítica, considerando os setores de atividade, as abordagens e métodos utilizados pelos pesquisadores da área.

Após essa seção introdutória, o artigo busca em sua seção 2, dedicada à revisão da literatura, abordar a questão da transparência no contexto da administração pública, tema do presente estudo. Em seguida, apresentará os resultados de alguns estudos realizados sobre o tema

<sup>1</sup> Cp1.transparency.org/cpi2013/, acessado no dia 22 de Dezembro de 2013.



transparência pública no âmbito do continente Africano. A seção 3, dedicada à metodologia da pesquisa, abordará a caracterização da pesquisa e os procedimentos adotados para realização do estudo. A seção 4 será dedicada à apresentação dos resultados e, finalmente, a seção 5 tecerá conclusões a respeito do estudo, bem como tratará suas limitações e sugestões para futuros estudos.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão de literatura tem por finalidade tecer algumas considerações sobre transparência na esfera pública, tema desta pesquisa. Em seguida, busca-se entender a natureza dos trabalhos que tem sido desenvolvidos no contexto da transparência pública em países Africanos, com vistas a posicionar o leitor sobre o estágio atual da pesquisa sobre o tema nesses países. Essa discussão serve de base para a análise dos resultados, apresentados na seção 4 do presente estudo. Para fins de proceder com a análise proposta, o estudo se baseou em estudo anterior, desenvolvido por Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013), que discutiram o perfil metodológico da produção científica sobre orçamento público no âmbito de periódicos brasileiros (vide seção 3 – metodologia de pesquisa).

### 2.1 TRANSPARÊNCIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

Na linguagem cotidiana transparência se refere a alguém ou alguma coisa sobre a qual não residem quaisquer dúvidas. A transparência está vinculada ao princípio da publicidade e é dos principais objetivos da Administração Pública Moderna. Ela surge na gestão pública quando a sociedade começou a exigir conhecer como foram utilizados os recursos que ela transferia ao Estado para que este gerisse a máquina pública. No contexto da Administração Pública contempla a divulgação periódica de relatórios, a realização de audiências públicas regulares e na prestação de contas. Culau e Fortis (2006) referem que a transparência é indispensável para a boa governança, uma vez que permite que os cidadãos tenham acesso às informações sobre a gestão da coisa pública.

Para Souza *et al* (2009, p.12) a transparência na Administração Pública tem como escopo impedir ações impróprias e eventuais como o uso indevido de bens públicos por parte dos governantes e administradores, aumentando o acesso dos cidadãos as informações públicas, em todas as esferas, a fim de se construir um país democrático, onde todos os segmentos da sociedade possam desempenhar com êxito o controle social e ajudando na promoção de uma gestão pública mais eficiente e eficaz. Na mesma esfera, Sacramento e Pinho (2007) sustentam que a transparência está associada ao *accountability*<sup>2</sup>, e propicia uma maior confiança entre os cidadãos e os seus governantes, contribuindo para reduzir a corrupção na esfera pública e tornar as relações entre o Estado e a sociedade civil mais democráticas.

Assim, se depreende que a transparência nos remete para a possibilidade de acesso a todas as informações sobre como um determinado governo trabalha. Diz-se que a Administração Pública é transparente quando funciona de forma aberta, baseada em princípios éticos, e é capaz de ser questionada a qualquer momento, em função da facilidade que os cidadãos e outros

<sup>2</sup> Para Nagakawa (1993) *accountability* é entendida como a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder.



interessados têm de aceder às informações. Ela pode ser medida através das formas como são tomadas as decisões e pela eficácia dos canais de interação entre o governo e a sociedade. Tendo em vista que o estudo se propõe a analisar o tema no âmbito dos países africanos, a próxima seção deste referencial teórico apresenta alguns estudos que, de forma não exaustiva, discutem o tema naquele continente.

## 2.2 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE TRANSPARÊNCIA EM PAÍSES AFRICANOS

Witvliet *et al.* (2013) conceberam pesquisa que procurou explorar como a percepção nacional percebida está associada à precariedade da saúde das diferentes camadas da sociedade. Através do modelo de regressão logística multinível os autores deste estudo analisaram os dados da pesquisa mundial de saúde de 72.524 adultos pertencentes a 20 países Africanos, procurando estabelecer uma relação entre problemas de saúde e percepção da corrupção, levando em conta fatores individuais e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Witvliet *et al.* (2013) concluíram que a corrupção nacional percebida nos 20 países estudados estava associada a precariedade da saúde geral de homens e mulheres, em todos os grupos socioeconômicos, com maior incidência para os menos escolarizados. Os autores sugerem mais pesquisas em mais países para avaliar a magnitude que a corrupção e a falta de transparência pública trás a saúde da população.

Num outro estudo, Smith *et al.* (2012) analisaram criticamente a natureza e a qualidade de governança em representação das comunidades e o envolvimento da sociedade civil no contexto na mineração transnacional, com base na experiência da região de Anosy no sudeste do Madagascar. Os autores referem que uma análise das relações entre o governo, empresa de mineração e as comunidades de Anosy revelaram a falta de legitimidade dos membros da sociedade civil nomeados pelo governo para defender os interesses das comunidades residentes na região onde está implantada a empresa mineradora, o que contribui para a perda do poder das mesmas. Este estudo contribui para o debate sobre a transparência e governança nas indústrias extrativas nos países Africanos com abundância de recursos minerais, baseando-se em um estudo de caso no Madagascar, visto que fornece perspectivas políticas sobre as interações entre a sociedade mais ampla e instituições formais com foco na transparência. Smith *et al.* (2012) concluíram que é necessário que a sociedade civil não seja instrumentalizada pelo governo de modo a que defenda eficazmente os interesses das populações de Anosy, e que a empresa mineradora cumpra com a responsabilidade social empresarial à luz da Iniciativa da Transparência da Indústria Extrativa (ITIE).

Finalmente, Mcferson (2009) fez um estudo com o objetivo de refletir sobre a corrupção e a falta de transparência pública em países Africanos com abundância de recursos como Angola, Congo, Gabão e Nigéria. O autor deste estudo recomenda que sejam adotados os mecanismos emanados pela Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa (ITIE) que obriga os governos a tornar público às receitas recebidas e os pagamentos feitos pelas empresas (impostos, taxas e outros) resultantes da exploração dos recursos minerais e petrolíferos. Mcferson (2009) conclui em seu artigo que se as empresas publicarem o que pagam e os governos fizerem o mesmo com o que ganham da exploração desses recursos, a sociedade civil destes países com abundância de recursos terá oportunidade de comparar os dados e responsabilizar os seus governos em casa de má gestão desta fonte de receitas.



### 2.3 ASPECTOS SOBRE TRANSPARÊNCIA EM PAÍSES AFRICANOS

O Quadro a seguir faz a relação dos artigos pesquisados em relação ao ano, autor, objetivos, resultados e aspectos de transparência apresentados (modelos e abordagens utilizadas).

Ano	Autor	Objetivo	Resultado	Aspectos de transparência apresentados (modelos, abordagens utilizadas)
2005	Deininger, K. e Mpuga, P.	Explorar como a responsabilização e transparência pode melhorar a qualidade dos serviços públicos.	Os resultados econométricos do estudo sugerem que um melhor conhecimento sobre como denunciar o mau comportamento dos funcionários públicos pode ajudar a reduzir não só os subornos, mas também a melhorar a qualidade dos serviços públicos.	Governança pública Abordagem quantitativa Método econométrico
2009	Mcferson, H.	Analisar a transparência em países Africanos com abundância de recursos.	As empresas publiquem os valores que pagam como impostos aos governos e que estes por sua vez divulguem essa informação para que a sociedade civil responsabilize os seus governos em caso de má gestão desses recursos.	Governança pública Abordagem quantitativa Método descritivo
2009	Omar, M.	Analisar a governança urbana e a qualidade da prestação de serviços em Municípios da Nigéria.	Recomenda o fortalecimento da transparência e prestação de contas aos cidadãos e a melhoria das relações entre os cidadãos das cidades e os governos locais.	Governança pública Abordagem qualitativa Estudo de caso
2011	Fouda, A.	Analisar a transparência nas indústrias extrativas da África Central.	A pesquisa recomenda que os países desta região façam uma gestão transparente das receitas provenientes da exploração de petróleo poderá reduzir as tensões sociais e o fraco desempenho econômico.	Abordagem quantitativa Método econométrico
2013	Witvliet, M. et al.	Relacionar a corrupção e a precariedade de saúde das populações em 20 países Africanos.	O estudo refere que a percepção nacional da corrupção nos países estudados está associada a uma maior prevalência de problemas de saúde;	Governança pública Abordagem quantitativa Método econométrico

**Quadro 1:** Aspectos sobre transparência em países africanos.

Fonte: Dados de pesquisa



### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Em relação ao enquadramento metodológico, o estudo se configura como descritivo, pois visa descrever as características de uma dada população ou fenômeno, bem como suas relações, conforme entendimento sugerido por Gil (1999). A população considerada são artigos oriundos do levantamento realizado para condução da pesquisa e o fenômeno pesquisado diz respeito à condução das pesquisas sobre transparência pública no âmbito dos artigos analisados. As relações entre as variáveis são estabelecidas com base nas metodologias utilizadas pelos pesquisadores da área, seguindo a proposta de análise desenvolvida por Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013).

Adota uma abordagem quantitativa para tratar o problema, haja vista que se utiliza de análises estatísticas para “[...] garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências” (RICHARDSON, 1999, p. 70). Os dados oriundos do levantamento foram tratados pelos autores por meio da utilização de planilhas Excel®, sendo que houve a preocupação em descrever a forma de levantamento desses dados, para que seja possível sua replicação, conforme Bryman (1988) argumenta ser necessário em relação às pesquisas quantitativas. Em relação aos procedimentos técnicos, configura-se como documental (GIL, 2007; RICHARDSON, 1999), nesse caso materializado nos artigos selecionados para o estudo.

Para a condução do estudo, foi realizado um mapeamento nas bases de dados da *Scopus*, Portal de Periódicos Capes e *Web of Science*, abrangendo o período correspondente aos anos de 2001 a 2013. Optou-se por seguir os procedimentos metodológicos propostos por Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013), haja vista que estes já foram validados pela comunidade científica, sendo, no caso deste estudo, com recorte específico sobre transparência pública no contexto Africano. O horizonte temporal selecionado buscou realizar um recorte referente à primeira década do séc. XXI, de forma análoga ao artigo utilizado como referência (LYRIO; DELLAGNELO; LUNKES, 2013).

A seleção dos artigos utilizados no estudo foi realizada por meio de um levantamento estruturado e não intencional, em quatro etapas (cf. LYRIO; DELLAGNELO; LUNKES, 2013). Para identificação da população da pesquisa foi utilizada como palavra-chave o termo – *public transparency* – o qual foi lançado no campo “todos os índices” da ferramenta de pesquisa de cada uma das bases de dados. Essa primeira etapa do levantamento retornou 14.123 artigos, não necessariamente focados no tema da pesquisa.

Em seguida, foi realizado um primeiro refinamento desses dados. Nesse caso, foi utilizada uma segunda palavra-chave – *África* – lançada no campo referente ao refinamento das referências encontradas na etapa 1. Após esse primeiro refinamento restaram 1.654 artigos que trataram do tema especificamente no contexto do setor público Africano. A partir desse momento o refinamento da amostra se deu de forma manual, por meio de exclusão dos artigos que não se encontravam dentro do período de análise selecionado, o que resultou em 65 artigos entre os anos de 2001 e 2013.

Finalmente, na etapa 4, foi realizada uma leitura dos resumos dos artigos retornados na etapa anterior. Após essa leitura, foram excluídos 42 artigos que não se encaixavam no contexto da pesquisa.



Após a finalização da 4ª etapa restaram **23 artigos**, que se constituíram na amostra da pesquisa e foram então lidos na íntegra com vistas a enquadrá-los nos critérios de análise utilizados no estudo, conforme proposta de Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013). Dentre os critérios de análise sugeridos pelos autores, foram utilizados os seguintes:

- a) **Setor:** diz respeito à área em que o estudo foi desenvolvido;
- b) **Abordagem:** diz respeito à abordagem utilizada no desenvolvimento dos estudos, a saber, abordagem qualitativa, abordagem quantitativa e abordagem quali-quantitativa;
- c) **Método:** diz respeito aos métodos de pesquisa utilizados na condução dos estudos – (cf. LYRIO; DELLAGNELO; LUNKES, 2013).

Após a apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, passa-se, a seguir, à apresentação e discussão dos resultados.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico apresenta e discute os resultados obtidos na pesquisa. Inicialmente, faz-se a análise dos artigos selecionados nas bases de dados da *Scopus*, Portal de Periódicos da Capes e *Web of Science*. Na sequência, analisam-se os setores de atividade sobre os quais os trabalhos foram desenvolvidos, as abordagens de pesquisa adotadas pelos autores, incluindo os métodos utilizados. Encerra-se o tópico com a análise dos resultados do estudo.

##### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Em relação ao tema tratado no presente estudo, o levantamento realizado junto às bases da *Scopus*, Portal de Periódicos Capes e *Web of Science*, permitiu o resgate de uma série de trabalhos, que a seguir são analisado de acordo com os critérios propostos na seção destinada à metodologia da pesquisa. A Figura 1 apresenta a distribuição percentual pelos **setores de atividade** sobre os quais os artigos foram desenvolvidos.

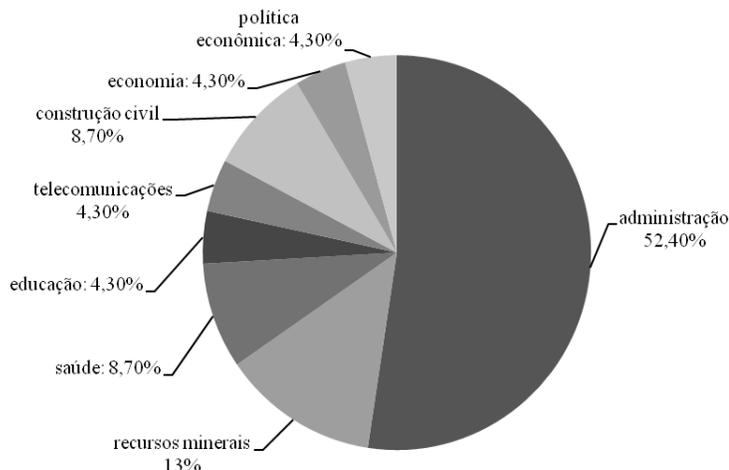


Figura 1. Setores de atividade

Fonte: Dados da pesquisa



Os dados evidenciaram que a maior parte das pesquisas (52,4%) tratam da transparência no contexto da governança pública em geral, não se atendendo a setores específicos de atividade. Nessa perspectiva, foram identificados doze trabalhos que tratam da reforma da Administração Pública com vista a garantir a boa governança e acesso a informação por parte dos cidadãos (DENINGER; MPUGA, 2005; OMAR, 2009; WILLET, 2009; McCFERSON, 2009; MUTULA; WAMUKOYA, 2009; OSEI-TUTU *et al.*, 2010; SINGH *et al.*, 2010; TSHAMDU; KARIUKI, 2010; CLARKE, 2011; HU; LIN, 2011; WALKER; BRAMMER, 2012; DEA *et al.*, 2013).

Os demais trabalhos trataram da transparência como guia para a promoção da eficiência econômica. Nesse sentido, Elbadawi *et al.* (2013), estudam a relação entre a ajuda externa e a gestão transparente dessas doações com vista a promover o crescimento econômico na região da África Subsaariana, uma vez que neste momento o seu impacto é muito insignificante devido à falta de participação de todos os interessados no processo de desenvolvimento. Nel e Lekalake (2004) falam da transparência na política monetária da África do sul, sugerindo que a mesma seja melhorada à luz dos códigos do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Finalmente, McCormick (2001) fala da política de liberalização das telecomunicações no Botsuana e sugere que outros países Africanos adotem o mesmo modelo de transparência na reforma do setor das telecomunicações com vista a garantir a participação e a proteção dos interesses dos usuários domésticos.

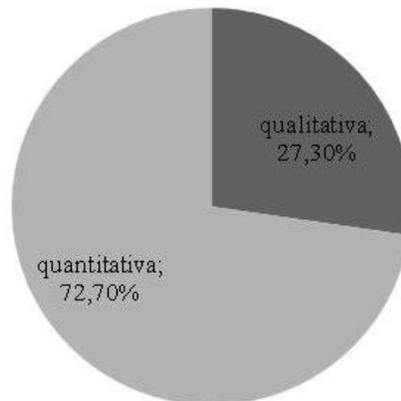
Os trabalhos que abordaram o setor dos Recursos Minerais falam dos elevados níveis de corrupção e os processos pouco claros na atribuição de licenças de exploração. Smith *et al.* (2012) se debruçam sobre a perspectiva da representação da comunidade local na indústria extrativa, tomando como base a experiência do Madagascar. Os autores referem que no Madagascar este processo se caracteriza pela manipulação dos membros da sociedade civil nomeados pelo governo, o que põe em causa a defesa dos interesses das comunidades circundadas pelas empresas mineradoras. Mcferson (2009) fala da hipercorrupção e falta de transparência em países Africanos com abundância de recursos como Angola, Congo, Gabão e Nigéria. O autor deste estudo recomenda que sejam adotados os mecanismos emanados pela Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa (ITIE) que obriga os governos a tornar público as receitas recebidas e os pagamentos feitos pelas empresas (impostos, taxas e outros) resultantes da exploração dos recursos minerais e petrolíferos. Fouda (2011) procura no seu estudo fazer a conexão da evolução da receita proveniente da exploração do petróleo e do aumento da corrupção generalizada nos países da África Central com abundância de recursos minerais. O autor sustenta que se este grupo de países privilegiasse a transparência na gestão receita proveniente da exploração do petróleo reduziriam os conflitos sociais.

No que concerne aos trabalhos no setor da Saúde, Witvliet *et al.* (2013) falam das consequências que a corrupção nacional percebida pode trazer na saúde da população. Este estudo foi realizado em 20 países Africanos e socorre-se do Índice de Percepção da Corrupção Internacional (IPC) para aferir como a falta de transparência na área da saúde e a corrupção generalizada estão diretamente ligadas à precariedade da saúde da população em todos os degraus da sociedade nos países estudados. Por seu turno, a *National Association of Pharmaceutical Manufacturers* (2009) estuda a transparência na estrutura de preços dos medicamentos genéricos para doenças infecciosas como o HIV/SIDA e tuberculose de modo a que os pacientes não tenham que pagar preços especulativos e sugere a criação de um comitê de preços que sirva para promover a transparência na fixação de preços.



No que tange ao setor da construção civil, Bowen *et al.*, 2012 fazem uma análise temática dos comentários textuais a partir de pesquisas participantes. Os autores fazem uma descrição sobre a corrupção na indústria de construção civil nos países da África Subsaariana, trazendo a natureza e a extensão do fenômeno e a necessidade de criação de uma Autoridade de Concorrência para regular a atribuição de obras públicas nesta região de África. Enquanto isso, Osei-Tutu *et al.* (2010) analisam as práticas inerentes aos contratos públicos para a construção de infraestruturas no Gana, sobretudo dos ganhos econômicos que resultariam da transparência nos projetos de construção de obras públicas. O único trabalho que fala do setor da educação no conjunto dos artigos selecionados (De Grauwe; Lugaz, 2007) faz uma reflexão sobre os desafios que se colocam no processo de descentralização no Benin, Guiné, Mali e Senegal. Estes autores sustentam que com a autonomia que as escolas passaram a ter há necessidade de contrabalançar o poder que os Diretores têm na gestão dos recursos humanos e financeiros através de um quadro de responsabilização claro.

Em relação aos aspectos metodológicos dos artigos analisados, inicialmente busca-se identificar as **abordagens de pesquisa** utilizadas pelos autores dos trabalhos – qualitativa ou quantitativa. Percebeu-se, conforme apresentado na Figura 2, que houve uma predominância de pesquisas com abordagem quantitativa em detrimento das pesquisas qualitativas.



**Figura 2:** Abordagens de pesquisa

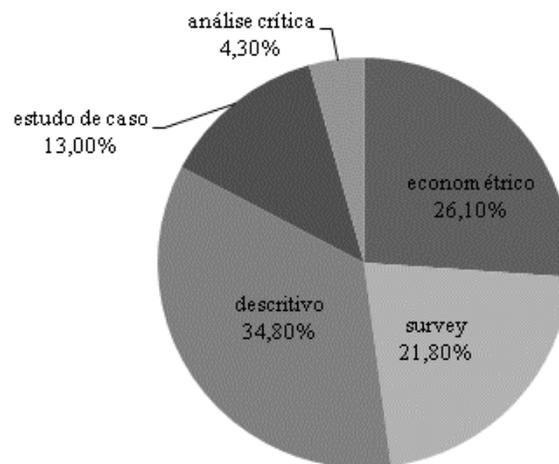
**Fonte:** Dados da pesquisa

No caso das pesquisas quantitativas, foram identificados 9 trabalhos, sendo que desses, houve predominância de estudos descritivos (NEL; LEKALAKE, 2004; DE GRAUWE; LUGAZ, 2007; McFERSON, 2009; MUTULA; WAMUKOYA, 2009; OSEI-TUTU, 2010; TSHAMDU; KARIUKI, 2010; WALKER; BRAMMER, 2012; GUJBA *et al.*, 2012). Em seis trabalhos da pesquisa quantitativa observou-se o método econométrico (WITVLIET *et al.*, 2013; SMITH *et al.*, 2012; ELBADAWI *et al.*, 2012; FOUUDA, 2011; DEININGER; MPUGA, 2005). Igualmente, cinco artigos adotaram a pesquisa *Survey* (SINGH, G. *et al.*, 2010; CLARKE, 2011; GUJBA *et al.*, 2012; BOWEN *et al.*, 2012; PAUL, 2013). Não se encontrou nenhum artigo que tivesse adotado o método experimental.



No que concerne às pesquisas qualitativas, houve predominância de estudo de caso, tendo se encontrado 3 artigos (McCORMICK, 2001; OMAR, 2009; DEA *et al.*, 2013;). Um artigo adotou o método da análise crítica do discurso (HU; LIN, 2001). A figura 3 apresenta a distribuição dos artigos selecionados de acordo com os métodos de pesquisa adotados pelos respectivos autores.

O método descritivo surge como o principal adotado pelos autores. Tshamdu e Kariuki (2010) refletem sobre a reforma da Administração Pública na África do sul após o fim do *apartheid* em 1994. Wamukoya e Mutula (2009) falam da gestão da informação no setor público na África do leste e do sul, incluindo das implicações que este processo tem no uso dos recursos públicos de forma transparente. Nel e Lekalake (2004) analisaram a transparência na política financeira da África do sul. De Grauwe e Lugaz (2007) discutiram a autonomia, profissionalismo e o processo de prestação de contas na reforma do setor da educação no Benin, Guiné, Mali e Senegal. McCferson (2009) analisou governança e hipercorrupção nos países Africanos ricos em recursos minerais. Osei-Tutu *et al.* (2010) discutem práticas inerentes aos contratos públicos e projetos de infraestrutura no Gana. Walker e Brammer (2012) discutem a relação entre aquisições sustentáveis e *e-procurement* no setor público. Finalmente, Gujba *et al.* (2012) se debruçam sobre a política de acesso a energia em África.



**Figura 3:** Métodos de pesquisa

**Fonte:** Dados da pesquisa

A econometria é o segundo método de pesquisa utilizado pelos autores nos artigos selecionados. Witvliet *et al.* (2013) utilizaram este método para estudar o índice de percepção da corrupção em 20 países africanos e como isso afeta à precariedade da saúde da população. Smith *et al.* (2012) usaram este método para analisar as perspectivas da representação dos interesses das comunidades na indústria extrativa no sudoeste do Madagascar. Elbadawi *et al.* (2012) refletiram sobre a influência que a transparência pode ter na gestão da ajuda externa de modo a promover a eficiência econômica e a participação de todos os interessados no processo de desenvolvimento. Fouda (2011) socorre-se deste método para estudar a transparência na cadeia de valor nas



indústrias extrativas da África Central. Finalmente, Deininger e Mpuga (2005) usaram a pesquisa econométrica para analisar de que forma a transparência pode melhorar a qualidade dos serviços públicos. Quanto ao método *Survey*, Singh *et al.* (2010) procuraram explorar como o *e-governo* pode melhorar a prestação de serviços públicos na Etiópia. Bowen *et al.* (2012) usaram questionários para analisar os comentários acerca dos níveis de corrupção na indústria de construção nos países situados no sul do continente Africano. Enquanto, Paul (2013), usou o método para refletir sobre o processo da privatização da água que está a ter lugar em muitos países Africano. Por último, Clarke (2011) trouxe este método de pesquisa para trazer evidências sobre o fenômeno da corrupção em África.

Os estudos de caso foram observados em 3 artigos. McCormick (2001) debruçou-se sobre a reforma que culminou com a privatização do setor das telecomunicações no Botsuana, visando compreender até que ponto este processo foi bem sucedido no Botsuana e quais as lições que os outros países poderão tirar com vista a promover a transparência e a defesa dos interesses dos usuários domésticos, sobretudo, com a criação de uma autoridade independente para regular a concorrência neste setor. Omar (2009) procurou entender de que forma a falta de transparência está a colocar em causa a prestação de serviços sociais nos Municípios da Nigéria. Por fim, Dea *et al.* (2013) exploraram a lógica dominante nas aquisições públicas, através de lições aprendidas no Gana. Na análise crítica do discurso, Hu e Lin (2011) analisam o controle social e a transparência das informações divulgadas pelos governos Africanos.

#### 4.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação dos dados, passa-se agora à apresentação dos resultados. Com relação aos setores de atividade, ficou evidenciado que as pesquisas sobre o tema recaem principalmente sobre o âmbito geral da administração pública, respondendo por 52,4% dos estudos analisados. Em relação aos setores específicos, houve predominância de estudos ligados ao setor da saúde pública e construção civil, com 8,7% de incidência de artigos cada.

Em relação aos métodos de pesquisa, o método descritivo surge como o principal, perfazendo 34,8% dos artigos analisados, em seguida vieram os métodos econométricos com 26,1% e a pesquisa *Survey* com 21,8% respectivamente. No que concerne a abordagem qualitativa, houve predominância do estudo de caso 13%, seguido de 4,3% dos artigos nos quais os seus autores adotaram a análise crítica do discurso. Interessante salientar que houve similaridade nos resultados deste estudo com os encontrados por Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013), que também identificaram, no âmbito dos estudos sobre orçamento público, o uso da econometria e de estudos de caso como principais métodos de pesquisa. Essa constatação pode levar a crer que os pesquisadores no campo da administração pública vêm utilizando desses métodos para tratar os problemas de pesquisa com os quais se deparam, haja vista que esses métodos aparecem com relevância tanto nos estudos sobre orçamento quanto nos estudos sobre transparência no setor público, no contexto brasileiro e africano. Nesta perspectiva, fica evidente que os estudos relacionados com a transparência pública no contexto do continente Africano, predomina a abordagem quantitativa com recurso a análises estatísticas para verificação de tendências. No entanto, os artigos que constituíram a amostra neste estudo não puderam explicar se a falta da transparência em países Africanos era a causa determinante da má prestação de serviços na administração pública, ou tal se deve a ineficiência das instituições públicas ou



mesmo do baixo nível de escolaridade em alguns países que dificulta o escrutínio público da ação dos governos, fato que sugere que sejam aprofundados mais pesquisas neste campo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o perfil metodológico da produção científica sobre transparência pública no contexto do continente Africano. A pergunta de pesquisa que motivou o estudo é a seguinte: *qual o perfil metodológico da produção científica sobre transparência pública desenvolvida na África?* Para responder a essa pergunta foi feito um levantamento de artigos selecionados que versam sobre transparência pública nas bases de dados da *Scopus*, Portal de Periódicos Capes e *Web of Science* no período referente aos anos de 2001 a 2013. Foi feita igualmente a identificação dos setores, das abordagens e métodos utilizados nos artigos selecionados.

Assim, da análise feita aos artigos que fizeram parte da amostra, constatou-se que 52,40% dos artigos tratam da transparência pública no geral, sem atender a um setor específico de atividade. Observou-se igualmente a uma forte tendência pelo uso da abordagem quantitativa na condução dessas pesquisas na ordem de 72,70%. Em relação aos métodos utilizados para a concepção dessas pesquisas, verificou-se a predominância do método descritivo, tendo se constatado este fato em 34,80% dos artigos selecionados.

Nesta perspectiva, a pergunta de pesquisa foi respondida na medida em que todos os objetivos específicos definidos para que ela fosse atendida foram alcançados. Esta pesquisa teve como limitação o fato de não ter feito uma comparação com outras realidades para verificar quais são as tendências metodológicas adotadas em estudos sobre transparência pública. Para futuros trabalhos sugere-se que seja estudado o perfil metodológico sobre transparência pública em outras realidades ou continentes, como o Americano ou Europeu para efeitos de comparabilidade dos resultados.

## REFERÊNCIAS

- BOWEN, P. A. Corruption in the South African construction industry: A thematic analysis of verbatim comments from survey participants. **Construction Management and Economics**. Vol. 30, n.º 10, p. 885-901, 2012
- BRYMAN, A. The nature of quantitative research. In: BRYMAN, A. (Ed.). **Quantity and quality in social research**. London: Unwin Hyman, 1988a.
- CLARKE, G. How pretty is pretty corruption? Evidence from firm Surveys in Africa. **World Development**. Vol. 39, n.º 7, p. 1122-1132, 2011
- CULAI, A. A. e FORTIS, M. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y Del Administración Pública, 11, Ciudad de Guatemala: CLAD. **Anais...**2006
- DE GRAUWE, A. e LUGAZ, C. District education offices in french-speaking west Africa: autonomy, professionalism and accountability. **Prospects: Quaterly Review of Comparative Education**. Vol. 37, n.º 1, p. 113-125, 2007



- DEININGER, K. e MPUGA, P. Does great accountability improve the quality of public service delivery? Evidence from Uganda. **World Development**. Vol. 33, n.º 1, p. 171-191, 2005
- DEA, M. *et al.* Service-dominant logic and procurement in Africa: lessons learned from a development agenda in Ghana. **International Journal of Economic Police in Emerging Economies**. Vol. 6, n.º 6, 2013
- ELBADAWI, I. A. *et al.* Aid, Real Exchange Rate Misalignment, and Economic Growth in Sub-Saharan Africa. **World Development**. Vol. 40, n.º 4, p. 681-700, 2012
- FOUDA, A. B. Transparency and the value chain in extractive industries in Central Africa. **CRC Press**. P. 33-36, 2011
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUJBA *et al.* Financing low carbon energy access in Africa. **Energy Police**. Vol. 47, p.71-78, 2012
- HU, H. F. e LIN, M. F. Controlling owner and transparency: Information transparency and disclosure rankings systems. **African Journal of Business Management**. Vol. 5, n.º 29, p. 11589-11598, 2011
- LYRIO, M. V. L.; DELLAGNELO, E. H. L.; LUNKES, R. J. O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 90–106, 2013.
- McCORMICK, P. K. **Telecommunications reform in Botswana: a policy model for African states**. Elsevier. Vol. 25, n.º 6, p. 409-420, 2001
- McfERSON, H. Governance and Hyper-corruption in Resource-rich African Countries. **Third World Quarterly**. Vol. 30, n.º 8, p. 1529-1547, 2009
- MUTULA, S. e WAMUKOYA, J. M. Public sector information management in east and southern Africa: Implications for FOI, democracy and integrity in government. **International Journal of Information Management**. Vol. 29, n.º 5, p. 333-341, 2009
- NAKAGAWA, M. **Introdução à controladoria**. Atlas, São Paulo, 1993
- NATIONAL ASSOCIATION OF PHARMACEUTICAL MANUFACTURERS. The generic pharmaceutical market in South Africa: At the crossroads? **Journal of Generic Medicines**. Vol. 6, p. 137-144, 2009
- NELAKE, H. e LEKALEKALE, K. Transparency in south africa monetary policy. **South African Journal of Economics**. Vol. 72, n.º 2, p. 349-364, 2004
- OMAR, M. Urban governance and service delivery in Nigeria. **Development in Practice**. Vol. 19, n.º 1, p. 72-78, 2009.
- OSEI-TUTU, E. Exploring corruption practices in public procurement of infrastructural projects in Ghana. **International Journal of Managinig Projects in Business**. Vol. 3, n.º 2, p. 236-256, 2010
- PAUL, TARA E. Plugging the democracy drain in the struggle for universal access to safe drink water. **Indian University Press**. Vol. 20, n.º 1, p. 469-503, 2013



- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SACRAMENTO, A. R. e PINHO, J. A. Transparência na administração pública: O que mudou depois da Lei da Responsabilidade Fiscal? Um estudo em seis municípios da região Metropolitana de Salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Vol. 1, n.º 1, p. 48-61, 2007
- SINGH, G. *et al.* E-governance for improved public sector service delivery in India, Ethiopia and Fiji. **International Journal of Public Sector Management**, 2010
- SMITH, S. M. *et al.* **Perspectives on community representation within the Extractive Industries Transparency Initiative: Experiences from south-east Madagascar**. Elsevier. Vol. 37, n.º 2, p. 241-250, 2012
- SOUZA, A. C. *et al.* A relevância da transparência na gestão pública municipal. **Revista Campus**. Paripiranga, Vol. 2, n.º 5, p. 6-20, 2009
- TEIXEIRA, A. **Guia da cidadania para a transparência: prevenção contra a corrupção**. Fundação Konrad Adenauer. Fortaleza, 2006
- TSHAMDU, Z. e KARIUKI, S. Public administration and service delivery reforms: A post-1994 South African case. **South African Journal of International Affairs**. Vol. 17, n.º 2, p. 189-208, 2010
- WALKER, H. e BRAMMER, S. The relationship between sustainable procurement and e-procurement in the public sector. **International Journal of Production Economics**. Vol. 140, n.º 1, p. 256-268, 2012
- WILLET, S. Defence Expenditures, Arms Procurement and Corruption in Sub-Saharan Africa. **Review of African Politican Economy**. Vol. 26, n.º 121, p. 335-351, 2009
- WITVLIET, M. *et al.* Sick regimes and sick people: a multilevel investigation of the population health consequences of perceived national corruption. **Tropical Medicine & International Health**. Vol. 18, n.º 10, p. 1240-1247, 2013